

Restrição de abrangência ideológica da democracia e a não-consolidação de conteúdos de esquerda na América Latina

Camilo Negri*

“El poder es como el violín, se toma con la izquierda y se toca con la derecha”
Perón

I. Apresentação

A América Latina presencia uma pretensa guinada à esquerda. Muitos analistas políticos definem que os governos desses países compõem a *nova esquerda*. As características das propostas econômicas desses governos, contudo, possuem mais semelhanças com a direita do que com as esquerdas tradicionais. Observa-se, portanto, o deslocamento ideológico dessas esquerdas, já que elas deixam de defender propostas contrárias ao capitalismo e passam a aceitá-lo. Esse deslocamento tem, por sua vez, respaldo nos resultados eleitorais. Assim, ao contrário do que os analistas políticos afirmam, as transformações e o conseqüente sucesso eleitoral caracterizam a não-consolidação ideológica da esquerda e não a sua vitória. Além disso, a análise histórica mostra que na democracia latino-americana, nunca foi possível o desenvolvimento completo de um programa de governo esquerda. Salvador Allende, presidente eleito do Chile, em 1970, foi o mais próximo a que se chegou. A via chilena ao socialismo, porém, foi abortada pelo golpe de direita em 1973.

Esta comunicação parte do pressuposto que a não-consolidação da esquerda não é somente reflexo da opinião dos eleitores, mas principalmente, do que se entende por *restrição de abrangência ideológica* da democracia. O fenômeno, restrição de abrangência ideológica, tem na não-consolidação da esquerda a sua demonstração empírica. Serão analisadas as experiências de Luis Inácio Lula da Silva (Brasil, candidato em 1989, 1994, 1998 e vitorioso em 2002), Tabaré Vázquez (Uruguai, 1994, 1999 e vitorioso em 2004) e Salvador Allende (Chile, 1952, 1958, 1964 e vitorioso em 1970).

* Doutorando em Ciências Sociais - Estudos Comparados Sobre as Américas, CEPPAC/ Universidade de Brasília - Brasil. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

II. Visualizando as esquerdas

Salvador Allende foi o primeiro político identificado como de esquerda a ascender à presidência de um país latino-americano por via democrática, em 1970, no Chile. A experiência chilena é considerada um marco para as esquerdas mundiais, pois, o programa de governo allendista buscou implementar a chamada via chilena ao socialismo, sem desprezar as instituições democráticas. As propostas, contudo, sucumbiram ao golpe dos militares de direita, em 1973. Naquele momento era clara a identificação das ideologias políticas com a esquerda, direita e centro, no mundo ocidental de forma geral e no Chile, marcado pela divisão da política em três terços (SCULLY, 1997).

Em 1998, um quadro político complexo se iniciou na América Latina com a eleição de Hugo Chávez Frias, da Venezuela, (confirmado no poder em 2000 após suplantando uma tentativa frustrada de golpe). Em 2002, Lula é eleito no Brasil. A partir de então, seguiram as vitórias de Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michele Bachelet no Chile (2006)¹, Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (reeleição em 2006), Hugo Chávez (reeleição em 2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Rafael Correa no Equador (2006) e Tereza Kirschner na Argentina (2007). Evidenciando a necessidade de atenção pelos politólogos já que, segundo Castañeda (2006), “a left-wing tsunami has hit the region”².

Alguns intelectuais, porém, se posicionam firmemente **contra** a designação desses governos como sendo de esquerda (PETRAS, 2006; RAUS, 2006). Outros, dividem em dois grupos, um denominado neopopulista e outro de governos da nova esquerda (CASTAÑEDA, 2006). Um terceiro conjunto de pensadores divide em governantes de esquerda (ou nova esquerda) e governantes de centro ou direita (MOREIRA, 2007). Por fim, outros intelectuais consideram todos esses políticos como sendo de esquerda (ou nova esquerda), as diferenças entre as propostas

¹ O Chile, desde o fim da ditadura de Pinochet, foi governado por coalizões que também incluíram o Partido Socialista (PS) de Michele Bachelet. Para muitos ela representa a esperada ruptura com o legado de Pinochet. Conforme James Petras (2006), porém, Bachelet não representa alteração na política econômica neoliberal.

² Além dessas vitórias, ainda se conformou, no México, algo que se intitulou “governo paralelo”. O candidato identificado com a esquerda, López Obrador, devido à derrota nas urnas em 2006, reivindicou uma nova apuração, denunciando a manipulação dos resultados eleitorais. No Peru, apesar de Ollanta Humala, também identificado com a esquerda, ter perdido as eleições, ficou nítido o fortalecimento eleitoral da esquerda.

seriam explicadas por variáveis locais (SADER, 2006). Além disso, existem intelectuais que foram mais radicais e antes do tsunami latino-americano, decretaram o seu fim (FUKUYAMA, 1992; PRZEWORSKI, 1994). Com isso, fica claro que não existe mais um consenso sobre o que significam exatamente os termos direita e esquerda (POTTER, 2001). O fenômeno latino-americano de ascensão de presidentes identificados como esquerda, contudo, indica que a díade ainda representa ou pode representar, posicionamentos definíveis dentro do espectro político.

A atual dificuldade em delimitar os contornos da definição de esquerda contrasta com a relativa facilidade de alguns anos atrás, quando a oposição ao sistema capitalista era um definidor categórico. Entretanto, como afirma Norberto Bobbio (2001), isso não significa que atualmente a distinção entre direita e esquerda possa ter perdido o seu valor. A díade ainda é significativa e explicativa. Além disso, na política brasileira, como aponta Ranincheski (in: BAQUERO, CASTRO e GONZÁLEZ, 1998) e Singer (2000), as noções de distinção contidas no espectro direita-esquerda ainda são indicativas e influenciam a opinião dos eleitores. Além desses autores, uma série de estudos conclui que, mesmo que não tenhamos clareza do que é esquerda ou direita, essas posições ideológicas influenciam os eleitores do mundo inteiro (INGLEHART e ABRAMSON, 1994; KNUTSEN, 1997; NOELLE-NEUMANN, 1998; POTTER, 2001).

Aparentemente é mais fácil encontrar uma definição de esquerda na opinião dos eleitores do que na literatura científica. Pode-se, em termos gerais, considerar que essa dificuldade decorre das transformações advindas com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que marcam a redefinição do campo político e, principalmente, das ideologias de esquerda. Essa redefinição, que ocorre no conteúdo programático de parte da esquerda, não significa, contudo, que as esquerdas tradicionais tenham perdido a validade ou demonstrado a sua limitação. A vitória do capitalismo e da democracia liberal na Guerra Fria não foi, necessariamente, a vitória do melhor sistema para a humanidade, mas, possivelmente, do que melhor soube disputar a guerra ideológica travada no pós 2ª Guerra Mundial (NEGRI, 2002).

Na América Latina, o acirramento da disputa entre direita e esquerda, decorrente das ditaduras militares, levou boa parte da esquerda a optar pela luta armada pela democracia popular, ou pela luta por qualquer tipo de democracia. Com as redemocratizações, as esquerdas também se redefiniram. Além disso, como havia uma identificação entre a esquerda e a URSS e se iniciava um período de abertura à participação na democracia liberal, parte das esquerdas optou por buscar dissolver essa ligação para legitimar a atuação democrática. Alguns setores identificados como de esquerda desviaram-se dos ditos defeitos do socialismo. Essa conjuntura descreve o dilema por que toda a esquerda passou, porém, não é explicativa dos rumos tomados por parte da esquerda, que abdica de uma linha programática específica em prol da disputa eleitoral. Por conseguinte, não responde por que parte da esquerda abdica de suas propostas para vencer.

III. A não-consolidação de programas de esquerda³

O fenômeno de não-consolidação de programas de governo de esquerda ocorre de duas formas: o golpe de estado e o deslocamento ideológico. Allende chega a iniciar a implementação de seu programa socialista, contudo, sofre o golpe de 11 de Setembro de 1973, no meio do seu mandato. Lula e Tabaré deslocam o conteúdo de seus programas de governo, ainda durante as tentativas eleitorais, abandonando propostas econômicas que os identificavam com a esquerda.

a) Salvador Allende: A via chilena ao socialismo, como ficou conhecido o governo de Allende, se materializou em um programa que recebeu o sobrenome de ‘las quarenta medidas fundamentales’ e tinha como linhas básicas as seguintes ações: reajuste de salários, congelamento dos preços de artigos de primeira necessidade, diminuição da carestia, construção de casas populares, controle da inflação, estímulo à produção nacional, melhoria do serviço público de saúde, distribuição de leite, criação do sistema único de previdência social, aprofundamento da reforma agrária, nacionalização do cobre, salitre e carvão, estatização das indústrias de aço, cimento, telefonia e dos bancos. (LUZÓN, GIRAL, VÉLIZ, 2003, p.794).

³ Devido aos limites de um paper, não se tratará do conceito de esquerda. Em termos gerais, é possível simplificar a análise afirmando que as primeiras propostas apresentadas pelos candidatos Lula e Vázquez são de esquerda e que as propostas vitoriosas, por negarem princípios básicos dos programas iniciais, como será exposto, deixam de ser de esquerda. No caso de Allende, não há questionamento sobre o seu posicionamento, uma vez que seu programa de governo vitorioso é socialista e sua deposição, como será abordado, decorre disso.

A estratégia, segundo Altamirano (1979, p.43), era “transformar a velha estrutura capitalista usando uma institucionalidade cujos pressupostos ideológicos estão enraizados na mais pura tradição liberal”. Isso começou a se concretizar, durante o governo, por três principais objetivos cumpridos: “a nacionalização do cobre e dos demais recursos naturais; a construção de uma área social dominante; e a destruição do latifúndio” (ALTAMIRANO, 1979, p.43).

Para nacionalizar os minérios foi criado um estatuto jurídico, que determinava que as indenizações às empresas estrangeiras fossem pagas mediante o desconto das rendas consideradas excessivas perante a lei. Foram consideradas excessivas as rendas que excedessem 12% ao ano⁴.

As reformas implementadas por Allende se estendem ao campo. Segundo Altamirano (1979, p.45) “iniciada no governo Frei, a reforma agrária é aprofundada até quase à liquidação do latifúndio”. Além disso, conforme o mesmo autor, “durante o Governo Popular, o Estado assumiu também o controle dos bancos privados, nacionais e estrangeiros (96% do crédito bancário)” (ALTAMIRANO, 1979, p.45). Os resultados imediatos foram o aumento da produção industrial e a diminuição do desemprego. Todos os aspectos das “Quarenta Medidas” estavam sendo atendidos com considerável êxito durante o primeiro ano. No segundo, porém, começou a surtir efeito o plano para criar o caos no Chile, iniciado desde a confirmação da eleição de Allende. Em 10 de outubro de 1970, a seguinte mensagem foi enviada da central de operações da CIA no Chile para os EUA: “carnage could be considerable and prolonged, i.e. civil war... you have asked us to provoke chaos in Chile... we provide you with formula for chaos with is unlikely to be bloodless. To dissimulate U.S. involvement will clearly be impossible” (In: KORNBLUH, 2004, p.1).

Em documentos do governo norte-americano⁵, o secretário de Estado Henry Kissinger, enfatiza ao presidente Richard Nixon, que a eleição de Allende "poses for us one of the most

⁴ Em seu famoso discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1972, Allende explica que em outros países as empresas mineradoras têm, no máximo 10% de lucros anuais, o que justificaria a nova política implementada. Além disso, o discurso denuncia a intervenção internacional contra a soberania chilena devido às nacionalizações. Está disponível em <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0000545.pdf>.

⁵ Os documentos oficiais relativos à intervenção dos EUA contra Allende foram reclassificados em 1999. Todas as informações sobre a estratégia para a derrubada de Allende aqui expostas estão fartamente documentadas. Alguns desses documentos se encontram no endereço da internet: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB110/index.htm>. Outra fonte, mais completa, é a compilação comentada de Kornbluh, 2003.

serious challenges ever faced in this hemisphere" e, que "all of the agencies are agreed that Allende will try to create a socialist State".

A estratégia posta em prática pelos Estados Unidos foi o bloqueio econômico 'invisível', porém, "the cutoff of aid and credits to Chile was dramatic. In 1970, Inter-American Development Bank (IDB) loans approved before Allende's election totaled \$46 million; following the election only two small loans for Chilean universities – totaling \$2 million" (KORNBLUH, 2004, p.85). A estratégia de intervenção e boicote ao governo não se limitou ao bloqueio financeiro. Segundo os documentos da CIA, a entidade passou a financiar a oposição e atividades terroristas no solo chileno. Segundo Kornbluh (2004, p.89) "since 1962, the Christian Democrat Party had been a leading recipient of CIA political operations in Chile as a beacon of democracy (...) the agency poured covert funding into the party to transform it into a pro-coup force". A CIA também financia o Partido Nacional e o Partido Radical nas eleições parlamentares de 1971.

A vitória da Unidad Popular nas eleições de 1971, porém, foi o despertar de uma nova fase no objetivo de derrubar Allende. Mais investimentos permitiram que os grupos opositores produzissem um clima de instabilidade. Os EUA apóiam o grupo Pátria y Libertad e dão suporte para inúmeras de suas ações violentas. Apesar de todas as dificuldades, o governo avançava.

Levando, assim, a primeira tentativa explícita de golpe. Na manhã do dia 29 de junho de 1973, um pequeno grupo de militares cercou o palácio La Moneda. Os golpistas, liderados pelo Coronel Roberto Souper Onfray, efetuaram disparos contra La Moneda⁶. O episódio ficou conhecido como "El Tanquetazo" devido aos tanques utilizados na ofensiva. O fim da tentativa se dá após três horas de luta.

O episódio demarcou um cenário que há algum tempo vinha se definindo. Na Reunião Geral da ONU (em 1972), Allende declarou: "Aquellos que imposibilitan la revolución pacífica, hacen que la revolución violenta sea inevitable". La frase no es mía. La comparto! Pertenece a John Kennedy" (ALLENDE, 2003, p.54). Nesse momento o Chile já vivia o início da crise que rompera

⁶ No discurso que sucede o fim da tentativa de golpe, Allende declara haver cinco civis mortos, sete civis gravemente feridos e quatorze civis feridos levemente, além de onze militares gravemente feridos e um morto, o sargento Rafael Villhena, assassinado na porta do Ministério de Defesa.

o sucesso dos primeiros anos de governo. A restrição ao crédito fez com que se buscasse auxílio soviético. Todavia, a inflação subiu a 163,4%, algo inédito no país (LUZÓN, VERAL E VÉLIZ, 2003, p.797). Como protesto, produtores e comerciantes elevaram ainda mais os preços dos artigos de primeira necessidade; por fim, as greves e manifestações tomaram as ruas, lideradas pelo grupo Pátria y Libertad.

O derradeiro golpe, desferido no dia 11 de setembro de 1973, foi iniciado às 11 horas, com uma série de bombardeios aéreos ao Palácio La Moneda e outros prédios. Desta vez, os golpistas eram os principais chefes militares, que haviam sido nomeados pelo próprio Allende⁷. Pouco tempo após o início dos bombardeios, o Palácio era invadido e o presidente morria. Às 13 horas, Santiago já estava totalmente sitiada, horas depois, o país sucumbia. Era o fim da via chilena ao socialismo e o início de um período ditatorial de 17 anos. Nele, muitas das conquistas de Allende, como a organização dos tipos de propriedade, a chilenização do cobre, a estatização dos bancos, a unificação dos serviços de saúde (processo que reajustou o salário dos profissionais e incentivou a formação de corporações), a qualificação da educação e a melhoria dos estabelecimentos e programas de incentivo (em dois anos foram criadas 230 escolas) e a contratação de professores, entre outras medidas, foram desativadas. A liberdade foi restringida, a economia se tornou mais dependente e se iniciou a re-privatização de muitas das instâncias.

b) Luís Inácio Lula da Silva: em 1989, Lula apresenta um programa de governo cujas propostas de desenvolvimento econômico, conforme as bases do Plano de Ação de Governo (PAG) divulgadas no VI Encontro Nacional do Partido (de 16 a 18 de junho de 1989), têm como fundamento a idéia de um novo modelo de desenvolvimento. Consta no documento que:

os pressupostos do novo modelo, que deverão orientar o conjunto de políticas específicas a serem implementadas, são os seguintes: a- mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente, opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlado pelos monopólios e pelos latifúndios; b- subordinação da propriedade privada dos meios de produção e distribuição aos objetivos sociais da atividade econômica; c- rompimento dos laços de dependência financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional; d- mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação

⁷ Lideraram o golpe o General Augusto Pinochet, Ministro da Defesa; o Brigadeiro Gustavo Leigh Guzman, da Aeronáutica; o Almirante José Toríbio Medina, da Marinha; e o General César Mendonza, do Corpo de Carabineiros.

da vida econômica, mantendo o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia; e- distribuição de renda com vistas à erradicação da miséria absoluta, redução das desigualdades regionais a ampla difusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, com busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores; f- desenvolvimento voltado para as necessidades do povo brasileiro. (RESOLUÇÕES, 1998, p. 408).

A conjuntura em que é promovido o programa de governo de 1989 tem elementos importantes. O fim do governo militar e do seu modelo de desenvolvimento, a crescente inflação, que no ano de 1988 havia somado quase 1.000%, e é envolvida pelo pagamento de uma dívida externa que consome grande parte do PIB, o cenário político, que apontava uma disputa entre Lula e Brizola e permitirá o surgimento de Fernando Collor como o candidato preferencial da maioria. Em 2002, por sua vez, Lula passa a declarar em inúmeros espaços que o seu principal objetivo é se tornar presidente. Com isso, assume um discurso suave. Em sua carta aos brasileiros, Lula declara que:

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. (CARTA AOS BRASILEIROS, 2002, p.1).

É certo que o contexto em que são apresentadas as propostas de 2002 é bastante dispar daquele que envolve o programa de 1989. O problema da inflação não é mais encarado como um grande problema nacional. A dívida externa que, conforme o programa de 1989, compunha um fator decisivo para a inflação, vinha sendo paga durante o governo de Fernando Cardoso. Em 2002, Lula encabeça as pesquisas e procura congrega o apoio de diversos setores e partidos. Esses aspectos influenciam a composição do programa de governo e explicitam as profundas transformações programáticas de suas propostas.

Segundo Petras, o governo Lula “está realizando uma ‘grande transformação’: para poucos (os investidores estrangeiros e as elites exportadoras) as mudanças são uma oportunidade de

enriquecer esperada há muito tempo, um grande salto à frente para a riqueza, a influência e o acesso incomparável ao mercado mais lucrativo” (2005, p.19). Conforme o autor,

Lula, incluso antes de su elección, firmó una carta de entendimiento con el FMI (junio del 2002) para pagar la deuda externa, para mantener un excedente presupuestario del 4% (con posterioridad superior al 4,5%), para mantener la estabilidad macroeconómica y continuar con reformas neo-liberales. Encima de las elecciones, recortó drásticamente las pensiones de los empleados públicos en un 30% (y presumió de que él tenía el "valor" para llevar a cabo las "reformas" del FMI, en las que anteriores presidentes de derechas fracasaron). (PETRAS, 2006, s/p.)

A análise dos programas de governo de Lula apresenta algumas alterações nítidas no conteúdo e no significado das propostas de governo, o que possibilita afirmar que as características que definiam o programa como ideologicamente de esquerda desaparecem.⁸

Em 1989, Lula realiza um ataque, não exatamente ao capitalismo, mas ao sistema econômico brasileiro, com a proposição do capitalismo auto-sustentável e do cancelamento do pagamento da dívida. Em 2002, há a tentativa de realizar, dentro do sistema capitalista, um sistema auto-sustentável que permita a inserção no mercado global com o cumprimento dos acordos e com a Reforma da Previdência para desonerar a produção.

No programa de 1989, a economia deve possibilitar ao Estado o desenvolvimento de políticas públicas em prol do desenvolvimento social. Em 2002, o Estado deve existir para possibilitar a competição no mercado. É a inserção competitiva no livre mercado internacional que garantirá o desenvolvimento social, uma vez que a lógica do mercado regula o funcionamento social. As empresas estatais devem permitir o desenvolvimento da economia, possibilitar a inserção soberana no mercado e garantir a infra-estrutura necessária para atingir níveis mais elevados de competitividade privadas. Em 1989, a proposta de estatização dos bancos e da melhor administração e participação das estatais na produção tinham como objetivo, garantir melhorias sociais diretas, como o fornecimento de serviços básicos à população, crédito aos pequenos produtores etc. Isso contrasta com a concepção de 2002, que previa a parceria entre Estado e privado com o objetivo de potencializar a produção brasileira para o exterior.

⁸ A análise dos programas de governo de Lula é baseada no trabalho de pesquisa realizado para a consecução da dissertação de mestrado do autor.

Ao se analisar a perspectiva da relação entre Estado e economia percebe-se que no tema “estímulo ao desenvolvimento” concebe-se, em ambos os momentos, que o governo seria um dos causadores do atraso brasileiro e o investimento seria a solução para o problema. Contudo, no primeiro momento, o investimento tem como objetivo combater o desemprego; no segundo, porém, o objetivo é o desenvolvimento da produção personificada nos pequenos, médios e grandes produtores e principalmente nos exportadores.

A relação capital-trabalho guarda outra série de modificações. A idéia de oposição, presente no primeiro momento, surge de forma sucinta no segundo, quando é possível congrega para avançar. O sistema mundial que era considerado negativo torna-se uma via para o desenvolvimento quando o Estado intervém incentivando a competitividade da produção. O Estado deve ser um facilitador, contudo, vem contribuindo para o desemprego e a precarização do emprego, principalmente pelos encargos sociais que oneram a produção e diminuem a competitividade, enfraquecendo a produção e impedindo o crescimento. Essa perspectiva, presente em 2002, não corresponde à de 1989 quando se considerava que o capitalismo gerava pobreza e exploração e que o país era dependente do sistema internacional.

c) Vázquez: A coligação Encuentro Progresista - Frente Amplio - Nueva Mayoría, que vence a disputa eleitoral uruguaia com o candidato Tabaré Vázquez, é uma congregação de diversos partidos. A denominação esquerda pode ser questionada, pelo menos na Frente Ampla, que é composta por diversas tendências, como a Asamblea Uruguay, Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros, o Movimiento Independiente 5 de febrero de 1971, o Partido Comunista del Uruguay, o Partido Demócrata Cristiano del Uruguay (até 1989 para formar [Nuevo Espacio](#)), o Partido Socialista del Uruguay, o Partido por el Gobierno del Pueblo (até 1989 para formar Nuevo Espacio), o Partido por la Victoria del Pueblo e, ainda, a Vertiente Artiguista. O Frente Amplio, “desde que nasce, en sus documentos fundacionales y en sus propuestas, nunca cultivó un proyecto socialista, su programa y su propuesta, (...) incluso una frase: ‘un programa democrático avanzado’, pero no socialista” (DIRIGENTE HISTÓRICO DA FA, In: FORCHERI, 2004, p.182).

A justificativa para esse fato está na idéia que, “el Frente nace como una experiencia única en el mundo, conviven en un mismo proyecto cristianos y marxistas de todas las tendencias, junto con liberales” (DIRIGENTE HISTÓRICO DA FA, In: FORCHERI, 2004, p.182).

Conforme Forcheri, o Frente Amplio acaba por realizar uma “leitura crítica do passado [que] pretendia abrir um debate mais amplo sobre as concepções marxistas da mudança social e da democracia, de crítica às concepções revolucionárias e de defesa das liberdades e instituições da democracia representativa” (FORCHERI, 2004, p.185). Seguindo esse caminho, o autor afirma que, “o debate supôs também uma redefinição sobre as fronteiras ideológicas entre a esquerda e a intenção de criação de um pólo de centro-esquerda alternativo que excluísse as esquerdas marxistas” (FORCHERI, 2004, p.186). Por fim, o mesmo autor afirma que “desde a realização do II Congresso da FA em 1991 começou a ser colocada na agenda a necessidade de uma ‘renovação’ e ‘atualização programática’ da esquerda” (2004, p.189). Isso levou à “moderação das propostas de transformação econômica” (FORCHERI, 2004, p.190).

Para Yaffé (2005, p.22) “o programa frenteamplista de 1999 se apresenta como um programa de mudança moderada orientado para a transformação e o crescimento econômico”. Pode-se, portanto, supor que esse caminho foi-se consolidando e fazendo com que as propostas de esquerda fossem abandonadas, ainda mais, em 2004. A conjuntura uruguaia auxiliou a vitória de Tabaré Vázquez e da EP-FA-NM. Os partidos tradicionais uruguaiois estavam desgastados pela ininterrupta crise econômica do país. Embora a crise econômica existisse desde a ditadura militar, a redemocratização não representou modificação significativa. O descontentamento popular com os partidos tradicionais, que foram incapazes de contornar as dificuldades econômicas, se expressou na busca por uma alternativa oposicionista. Em 2002, a aceitação dos uruguaiois da administração do presidente Batlle caiu de 40% para 10%. A crise atingiria um ponto crítico entre janeiro e julho de 2002. Nesse período, o “Risco País” passou de 220 a 3.000 pontos, o preço do dólar duplicou e o produto interno caiu pela metade em comparação ao que era em 1998; as taxas de desemprego

subiram para mais de 20% e, algo inédito ocorreu: 40% da população passou a viver abaixo da linha de pobreza (ZIBECHI, 2005).

Durante a campanha, Vázquez manteve a moderação no discurso. Seu programa buscou contemplar os interesses dos mais distintos segmentos da sociedade. Por um lado, afirmou que seu governo iria “gerar um ambiente propício para atividade empresarial que beneficie o empresariado” (EL GOBIERNO, 2004, p.2); por outro, apresentava que seu governo teria “imprescindível e insubstituível papel na articulação e execução de políticas sociais” (EL GOBIERNO, 2004, p.1), com a criação de um “Plano Nacional para a Emergência Social”.

Segundo Petras (2006, s/p.), “sus nombramientos claves en el Banco Central y el Ministerio de Economía (Danilo Astori) son neo-liberales de la línea dura y defensores de continuar el anterior constreñimiento del presupuesto hacia el gasto social al tiempo que se financia generosamente a las élites de la agro-exportación”.

Ao contrário do que se esperava de um líder político de esquerda, Tabaré Vázquez, auxiliado por seu ministro Danilo Astori, “durante la Cumbre Económica del Mar del Plata (Argentina) en noviembre de 2005, mientras decenas de miles protestaban contra Bush, y Chávez declaraba la muerte del ALCA, (...) firmaron un amplio acuerdo alcanzando sobre ‘protección de inversiones’ con los EE.UU. que abrazaba los más importantes principios del mercado libre incluidos en el ALCA” (PETRAS, 2006, s/p.).

Ainda conforme Petras (2006, s/p.),

el régimen de Tabare Vázquez ha rechazado cada posición programática importante abrazada por el Frente Amplio en sus 30 años de existencia: desde enviar tropas en apoyo de la ocupación de Haití, hasta privatizar propiedades públicas, abrazando el comercio libre, dando la bienvenida a la inversión extranjera e imponiendo austeridad a los sueldos y control sobre la clase trabajadora. Tabare Vázquez, como Kirchner, restableció relaciones diplomáticas con Cuba, pero evita cualquier relación cercana con Venezuela. Es probable que los aspectos más raros del gobierno del Frente Amplio son la conducta de los Tupamaros, el antiguo grupo de guerrilla urbana convertido en senadores y ministros. El ministro de Agricultura, Mujica, apoya el agro-negocio y la inversión extranjera en la agricultura mientras da firmeza a la ley de desahuciar a los ocupantes sin tierra en el interior. El senador Eleuterio Huidobro ataca a los grupos de derechos humanos que exigen investigaciones judiciales contra los oficiales militares implicados en los asesinatos y desapariciones de prisioneros políticos. Según Huidobro, el "pasado es mejor olvidarlo". Él abraza al ejército y vuelve la espalda al

recuento de sus anteriores camaradas que fueron torturados, asesinados y enterrados en tumbas anónimas.

Petras (2006) mostra que o fenômeno de deslocamento do conteúdo ideológico dos programas de governo também ocorre com Vázquez. Isso fortalece a análise desenvolvida até aqui de que essas propostas irão renunciar a fundamentos históricos da esquerda. Tanto Vázquez quanto Lula abandonam a oposição aos princípios fundantes do modelo econômico capitalista, o que configura, portanto, o distanciamento de conteúdos de esquerda. E, mais do que isso, esses candidatos se aproximam da direita, pelo menos no aspecto econômico, defendendo projetos muito mais próximos do liberalismo do que de qualquer outra perspectiva crítica a ele. Sendo que, a esquerda sempre foi caracterizada pela crítica à sociedade liberal. Allende, por sua vez, idealiza o rompimento com a sociedade liberal, contudo, é deposto pelo golpe dos militares de direita.

Frente às transformações ideológicas do espectro direita-esquerda, Bobbio (2001) se pergunta, o que pode definir esses termos atualmente? A resposta é a díade igualdade-desigualdade. Em contraposição à direita, a esquerda veria as pessoas como sendo mais iguais do que desiguais, sendo que, as desigualdades são fruto da realidade social e, portanto, são elimináveis e devem ser combatidas. Sartori (1997), contudo, contesta esse critério, afirmando que essa é uma característica da democracia liberal. Se assim for, Bobbio não estaria tratando de esquerda ou direita em termos político-ideológicos amplos e gerais, mas esquerda e direita dentro do exercício institucional da democracia liberal. Ou seja, no jogo democrático, a esquerda teria assumido o lado igualitário do liberalismo e a direita o individualista, que, conforme Macpherson (1978), são valores fundamentais e contrapostos da democracia. Seguindo esse argumento, Bobbio estaria afirmando, por conseguinte, que as transformações da esquerda fizeram-na concordar com uma das dimensões básicas da democracia liberal. Como a origem da esquerda tradicional é a negação da sociedade liberal, a nova esquerda seria, em certos aspectos, a negação da esquerda tradicional.

IV. Os limites de abrangência ideológica da democracia liberal

A democracia, conforme os pressupostos democráticos, deve alcançar diversos conteúdos políticos, econômicos e sociais. Para Bobbio (1986, p.12) “a democracia como método está sim aberta a todos os possíveis conteúdos, mas é ao mesmo tempo muito exigente ao solicitar o respeito às instituições”. Pateman (1992, p.13) alerta que, para Schumpeter, era necessário atender a algumas “condições necessárias para a operação do método democrático”, dentre essas condições se destaca a exigência de “que ‘todos os interesses envolvidos’ fossem virtualmente unânimes em sua lealdade aos ‘princípios estruturais da sociedade existente’” (1992, p.13). Przeworski complementa essa visão, ao afirmar que os dois elementos essenciais da democracia são “os resultados do processo democrático são incertos, indeterminados de antemão, e ‘o povo’, isto é, as forças políticas que competem pela realização de seus interesses e valores, é que determina esses resultados” (PRZEWORSKI, 1994, p.25). Assim como Bobbio e Przeworski, Sartori (1994) também afirma a abertura da democracia a todos os tipos de conteúdo. Conforme o autor, os valores ideais da democracia devem garantir a expressão de todos os tipos de demandas – uma vez que é isso que caracteriza a liberdade de expressão e oposição pública que caracterizariam a democracia.

Embora a democracia, enquanto ideal e enquanto método, deva possibilitar que todas as variações ideológicas possuam as mesmas chances de participação em eleições, no seu exercício concreto ela demonstra haver algumas restrições perceptíveis à determinados conteúdos programáticos. Dois tipos de conteúdo sofrem restrições na democracia: propostas que impeçam a consolidação, desenvolvimento ou garantia de continuidade da democracia e propostas representadas por conteúdos contrários ao modelo econômico de livre mercado capitalista.

O primeiro tipo de restrição de conteúdos da democracia se expressa na exclusão de opções ideológicas extremas e é um mecanismo conhecido e apoiado pelos defensores da democracia. Embora autores como Sartori (1994), Przeworski (1994) e Bobbio (1986) afirmem que a democracia, enquanto ideal, deve abarcar todos os tipos de propostas, incluindo aquelas que vão contra os seus próprios princípios, na prática, propostas que não compartilham determinados elementos com a democracia liberal, seja em relação aos seus métodos ou ao seu conteúdo, como a

comunista (extrema esquerda que defende um processo revolucionário e a conseqüente ditadura do proletariado) ou o fascista (extrema direita que limita a atuação das instituições democráticas e rompe com os valores liberais) acabam excluídas do seu funcionamento.

A democracia ideal, conforme Dahl (2001), deve pressupor alguns requisitos institucionais que assegurem condições favoráveis para a sua concretização e permanência. Alguns desses requisitos – que caracterizam a democracia – servem, ao mesmo tempo, para garantir que ela não sucumba a alternativas políticas não-democráticas⁹.

A democracia possui, portanto, uma determinada amplitude de abrangência para as possibilidades ideológicas das propostas de governo – nesse caso, quando elas versam sobre as regras do jogo e propõem sua alteração. A tese desenvolvida aqui, contudo, é que a democracia também apresenta algumas restrições subliminares a certos conteúdos, mesmo se tratando de propostas que participam da via democrática para ascensão ao poder. Dito de outra forma, conteúdos ideológicos que se oponham aos valores liberais e que, portanto, versem contra o livre mercado capitalista também irão sofrer restrições. Como o livre mercado capitalista não está relacionado entre as regras democráticas, trata-se de um outro tipo de restrição de conteúdos ligado diretamente à construção da hegemonia nos termos gramscianos.

Para o autor italiano, os setores dominantes da sociedade construiriam os valores e as crenças que permitiriam e justificariam a sua permanência enquanto grupo dominante. Assim, além de utilizar outros meios de coerção, como o físico, por exemplo, a fração dominante da sociedade exerceria a dominação por meio da construção do consenso ideológico. Conforme Carlos Nelson Coutinho, “O conceito de hegemonia (...) resulta da percepção por parte de Gramsci de que, nas sociedades mais complexas do ‘Ocidente’, o Estado se ‘ampliou’, adquiriu novas determinações que (...) resultaram da socialização da política (nascimento de sindicatos, formação de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), ocorrida, sobretudo, a partir de 1870. Tal socialização

⁹ Essa perspectiva, inclusive, deu margem para que teorias elitistas da democracia, como a concepção apresentada por Samuel Huntington (1975), defendessem que a participação intensa das massas na política levaria ao fim do sistema democrático. A Ditadura Militar brasileira serviu de exemplo para o autor, que entendeu o processo de mobilização política popular, principalmente durante o governo de João Goulart, como uma das causas do golpe de 1964.

leva à criação de uma nova esfera do ser social, que Gramsci chamou precisamente de ‘sociedade civil’ (...). Com isso, o Estado deixou de ser o simples ‘poder de opressão’ de uma classe sobre outra, deixou de agir apenas através da coerção (...) e passou a adotar também, como recurso de poder, a busca do consenso, da legitimação, da direção intelectual e moral, que se expressam através da adoção por uma classe (ou bloco de classes) dos valores inicialmente formulados por outra classe (ou bloco de classes). É a essa direção intelectual e moral que Gramsci chamou de hegemonia” (COUTINHO, 2006, s/p.).

A abrangência ideológica da democracia é definida, portanto, pela existência de hegemonia dos valores liberais. Ou seja, a hegemonia fixa quais valores e crenças e quais comportamentos são considerados coerentes, viáveis, justos e necessários para os fins mais amplos e nobres da democracia. A gama de valores dispostos hegemonicamente na sociedade caracteriza os conteúdos que são julgados coerentes e viáveis pelos indivíduos. Ao atuar em conjunto com a democracia, a hegemonia determina, portanto, quais os conteúdos ideológicos são possíveis, ou seja, quais programas de governo são julgados coerentes, justos etc.

A sobredeterminação de conteúdos ideológicos plausíveis, por meio da hegemonia, define quais os possíveis conteúdos que vão compor o espectro de possibilidades ideológicas de determinada sociedade; define, portanto, qual a abrangência ideológica da democracia. Conteúdos programáticos que confrontam os valores liberais acabam sendo evitados pelos indivíduos – uma vez que a estrutura democrática liberal conforma os conteúdos plausíveis e torna os conteúdos contra-hegemônicos ilegítimos.

Na América Latina, ao contrário dos Estados Unidos, a influência do pensamento liberal não brotou quase que espontaneamente da cultura, principalmente porque a influência puritana inexistiu. Se para as regras democráticas existirem elas dependem de valores democrático-liberais, a democracia liberal, na América Latina, é resultado da construção desses valores ou convive (de forma imperfeita, insuficiente ou parcial), com a sua inexistência. Se olharmos para o caminho ideológico tomado por parte da esquerda, a parte vitoriosa, podemos dizer que os valores liberais

estão sendo desenvolvidos e a população latino-americana esta de acordo com esses valores. Assim, existe hegemonia, ou seja, há o direcionamento dos valores, que delimita quais os conteúdos ideológicos são considerados legítimos e, por conseguinte, quais conteúdos podem concorrer dentro da democracia – isto significa afirmar que a hegemonia define a abrangência de conteúdos ideológicos da democracia. Conteúdos ideológicos identificados como contrários aos valores liberais (que são base do funcionamento da democracia liberal) sofrem o que aqui se denomina como restrições de abrangência ideológica da democracia.

V. Considerações Finais

A teoria política ainda não desvendou qual a relação entre livre mercado capitalista e democracia liberal. É certo que a relação existe, sendo apontada por diversos autores. O programa de Allende foi implementado até o limite da deposição, quando passou a ameaçar a manutenção do livre mercado. Da mesma forma, os programas de governo de Lula e Vázquez sofrem a redefinição gradual do conteúdo de propostas contrárias ao livre mercado.

A hipótese sugerida no trabalho é que a redefinição das propostas e o golpe foram as formas de enquadrar os programas de governo dentro do fundamento liberal de que a ordenação da sociedade deve seguir o funcionamento do livre mercado, com a livre competição entre indivíduos como princípio. Isso ocorre por meio da hegemonia dos valores liberais. A hegemonia produz limites para a neutralidade e abertura da democracia, ou seja, reduz ou restringe a sua abrangência ideológica.

Devido à restrição de abrangência ideológica da democracia, apenas programas de governo que compartilhem de certas premissas liberais são considerados viáveis e podem ser desenvolvidos plenamente. Essas premissas se dirigem ao livre mercado, ou seja, o alicerce liberal da democracia. Se a grande preocupação de Madison, expressa no *Federalist Papers* nº 10, era evitar que a maioria tiranizasse a minoria, porque isso poderia acabar com o direito natural à propriedade privada desigual, e, para tanto, ele pensou em sistemas de vetos, na América Latina, foi a saída apontada por ele como impossível, “giving to every citizen the same opinions, the same passions, and the

same interests” (MADISON, Federalist Papers 10), a que garante, atualmente, a manutenção do livre mercado capitalista.

VI. Referências Bibliográficas

ALLENDE, Salvador. **Presidente Salvador Allende: ‘el tanquetazo’ discurso del presidente Salvador Allende desde La Moneda el día 29 de junio de 1973**. Serie Documentos. Santiago: Musicales Zenteno/ Liberación, 1973. (áudio).

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota: Chile – 1970/1973**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. **O futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARTA AOS BRASILEIROS, 2002. **Documento de campanha de Luís Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <http://www.pt.org.br>, consulta em janeiro de 2004.

CASTAÑEDA, Jorge G.. **Latin America's Left Turn**. Foreign Affairs, May/June 2006. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20060501faessay85302/jorge-g-castañeda/latin-america-s-left-turn.html>

COUTINHO, Carlos Nelson. **Uma entrevista para Reportagem**. Gramsci e o Brasil. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv314.htm>. Acessado em: jan. 2006.

DAHL, Robert A.. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

EL GOBIERNO del Cambio, Propuestas y Proyectos, 2004. Disponível em: <http://www.ps.org.uy/prog/resumenpropuestasep-fa.pdf>. Consultado em abril de 2005.

FORCHERI, Miguel Serna. **Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul**. Bauru: EDUSC, 2004.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

HUNTINGTON, Samuel P., **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Forense Universitária, 1975.

INGLEHART, Ronald, e ABRAMSON Paul R.. **Generational Replacement and the Future of Post-Materialist Values**. The Journal of Politics, Vol. 49, No. 1. (Feb., 1987), pp. 231-241.

KNUTSEN, Oddbjørn. **The Partisan and the Value-Based Component of Left-Right Self-Placement: A Comparative Study**. International Political Science Review, Vol. 18, No. 2. (Apr., 1997), pp. 191-225.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File: a declassified dossier on atrocity and accountability**. New York: The New Press, 2004

LUZÓN, José Luis; GIRAL, Jaume Mateu; e VÉLIZ, Jorge Ortiz (et all). **Enciclopedia de Chile**. Santiago de Chile: Oceano, 2003.

MACPHERSON, C.B.. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

MADISON, James. Federalist Papers n.10. Disponível em:
http://thomas.loc.gov/home/histdox/fed_10.html

MOREIRA, Carlos. **El nuevo mapa político en América Latina: giro a la izquierda?** Revista del Doctorado en Procesos Sociales y Políticos en América Latina. N.6, 2006

NEGRI, Antonio. **O Império**. Rio de Janeiro:Record, 2002

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A shift from the right to the left as an indicator of value change: a battle for the climate of opinion**. International Journal of Public Opinion Research Vol. 10 No. 4 (1998).

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PETRAS, James. **Brasil e Lula: ano zero**. Blumenau: EDIFURB, 2005.

_____. **Nuevos vientos desde la izquierda o aire caliente desde una nueva derecha**. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=28211>. Acesso em: novembro de 2006.

POTTER, Corrie. **Left-Right Self-Placement in Western Europe: What Responses and Non-Responses Indicate**. Disponível em: <http://www.polisci.wisc.edu/~behavior/papers/Potter2001.pdf>. 2001.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RANINCHESKI, Sônia. **A dimensão esquerda-direita e a sua relevância no comportamento eleitoral: um estudo longitudinal**. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO. Henrique de Oliveira de; e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (orgs.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/ Centro Educacional La Salle, 1998.

RAUS, Diego Martin. **Los Nuevos gobierno de Izquierda na América Latina Contexto, Programas y Restricciones**. Revista del Doctorado en Procesos Sociales y Políticos en América Latina. N.6, 2006

RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos 1979-1998. Fundação Perseu. São Paulo, 1998.

SADER, Emir. **O longo ciclo eleitoral latino-americano**. OSAL, Ano VII, Nº 21 Set-Dec, 2006.

SARTORI, Giovanni. **A Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

_____. **A Teoria da Democracia Revisitada. 1. O debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

SCULLY, Timothy R. In: Scott Mainwaring & Timothy R. Scully. **Building democratic institutions: party systems in Latin America**, Stanford, University Press. 1997

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

YAFFÉ, Jaime. **Al centro y adentro – la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay**. Linardi y Risso. Montevideo, 2005.

ZIBECHI, Raúl. **De la hegemonía cultural a la hegemonía política - La izquierda uruguaya**. S/D. Disponível em: <http://www.pvp.org.uy/zibechi.htm>. Aceso em: setembro de 2005.